

US\$ 15 bilhões a mais para o Brasil

José Augusto Marques *

Em uma de suas mais fabulosas peças, o escritor William Shakespeare faz de Otelo, corajoso príncipe mouro conquistador de Veneza, uma vítima das artimanhas do nobre soldado Iago, um dos seus mais valerosos seguidores. O enredo descreve, através de inúmeras tramas, como o ciúme é capaz de embaçar a visão de homens experimentados e provocar catástrofes sem tamanho. A reconhecida habilidade do dramaturgo inglês em mostrar como sentimentos pessoais podem afetar a vida política das nações é um dos melhores instrumentos para entender um assunto que vem pontuando o "agenda setting" nacional nos últimos quarenta anos: a prospecção e a exploração de petróleo.

No dia 6 de agosto, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que regulamenta o setor de petróleo e gás no Brasil, flexibilizando o

monopólio da Petrobras, empresa estatal criada durante os anos 50, período do auge da campanha "O petróleo é nosso". Naquele momento, o mito de uma nação recheada de riquezas e envolta por um bando de saqueadores soava como uma cantilena para políticos pobres de plataformas consistentes. Havia aqueles que realmente acreditavam no mito, como alguns até hoje acreditam piamente.

Cai o mito de uma nação recheada de riquezas e cercada por saqueadores

Mario Vargas Llosa, intelectual peruano, foi um dos primeiros a demolir a historieta. Para ele, o seu país deveria ser representado por um índio chorando de fome sentado em cima de um pote de ouro. Como é sabido, o ser humano não é capaz de se alimentar de metal, da mesma forma que possuir US\$ 1 milhão no meio do deserto não fará muita diferença para a garganta seca do infeliz nômade. Há ocasiões em que uma botija com água significa mais do que uma mina de diamantes.

O debate passional

sempre dominou o segmento de petróleo e gás no Brasil. Os rótulos "estratégia" e "segurança" pautaram o desenvolvimento do setor e conduziram a uma política isolacionista malsã. A nova legislação, de uma vez por todas, sepulta um modelo de financiamento e operação da infra-estrutura nacional elaborado durante os anos de consagração do populismo. Traz um novo formato, que com certeza irá impulsionar o País na rota segura de desenvolvimento candente e contínuo.

Por trás da liberdade para a livre exploração e a comercialização de petróleo e seus derivados, houve mesmo uma mudança brutal na maneira de conceber e planejar o setor. A busca pela auto-suficiência, objetivo que por décadas foi perseguido, na "corona" oportunista do nacionalismo desenfreado, deixou de ter um sentido



em si mesma e passou a ser um dos instrumentos para a meta principal: o aproveitamento eficaz de todas as potencialidades da nação, de modo a assegurar o atendimento pleno às demandas sociais.

Em nossos estudos, possuímos o conhecimento de 134 projetos no setor de petróleo e gás, que movimentarão recursos da ordem de US\$ 32,1 bilhões até o ano 2000. Os nossos associados, em todo o mundo, possuem reservas de 25 bilhões de barris de petróleo e 10 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Produzem, diariamente, 8 milhões de barris e 1,6 milhão de metros cúbicos de gás. Somente em dutos, têm 400 mil quilômetros construídos. Esse conjunto de empresas investe, por ano, US\$ 25 bilhões no setor. Obviamente, por impedimento legal, nem um único centavo no Brasil até hoje. Agora, as nossas es-

timativas indicam que essas companhias irão aplicar cerca de US\$ 15 bilhões até o fim do milênio em nosso país. A nova legislação irá praticamente triplicar o número de investimentos privados e, dessa maneira, propiciar um salto de produção antes inimaginável.

Apesar de sua inegável consistência e importância, esses números podem esconder os verdadeiros triunfos da nova regulamentação. A futura Agência Nacional de Petróleo (ANP), prevista para estar em funcionamento até o final do ano, retira o

centro das decisões do setor das estratosféricas instâncias estatais, cercadas das suas já conhecidas e propaladas idiossincrasias, e o transfere para a sociedade civil, na forma de um órgão independente e autônomo. Ponto para todos e inclusive para a Petrobras, que se vê livre para manter a sua integridade operacional e seguir o seu ritmo de crescimento sustentado.

A estatal brasileira de

petróleo poderá associar-se com empresas estrangeiras, aliando os seus conhecimentos da geologia local, desenvolvidos em mais de quarenta anos de pesquisas, ao aporte seguro e consistente de recursos. Ao lado da parceria, apurará todos os seus esforços no aumento de sua eficiência, uma vez que outras companhias começarão a disputar o mesmo mercado.

A livre concorrência no

A livre concorrência no setor ajudará a conquistar novas tecnologias

setor será um elemento a mais na obtenção de novas tecnologias, incremento de pesquisas científicas, exploração de bacias e poços e, sobretudo, na geração de empregos diretos e indiretos. Os grandes grupos internacionais, livres das viperinas discussões passionais dos patriotas de plantão, não trarão somente mais postos de trabalho e capital, e sim farão do Brasil um dos pólos de excelência na nova ordem econômica mundial. ■

* Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib).